

LUCA BASSO, *Socialità e isolamento, la singularidade in Marx*, Carocci, Roma, 2008, pp. 238.

Roberto Evangelista

Junho de 2009

Karl Marx é uma daquelas figuras da história da cultura que teve sempre uma fortuna alternada. A alternância desta fortuna, é dada pelas leituras que se fizeram da sua reflexão: ora tendiam a redimensioná-lo e a reconduzi-lo nos binários de uma especulação filosófico-política de tipo meramente analítico; ora, pelo contrário, lhe faziam explodir as capacidades de transformação, com o risco porem de mudar os conceitos próprios das análises marxianas em modelos de algum modo prescritivos. Ao mesmo tempo, houve quem tratasse de complicar as categorias utilizadas por Marx através do fechado e contínuo confronto com as situações determinadas pela história e pela contingência, buscando pensar as potencialidades de transformação do reale mediante uma identificação de práticas de luta não hipostatizadas, mas em construção. O texto de Luca Basso move-se nesta direção, buscando percorrer o arco da reflexão de Marx, das obras juvenis aos *Grundrisse*, de modo a retrazar o emergir da condição da singularidade e sua abertura à superação da mistificação societária capitalista.

O texto se divide em três capítulos mais uma introdução em que vem enquadrado o problema em questão. Para além de uma leitura que pode ser entendida como “liberal”, segundo a qual a relação entre indivíduo e comunidade é pensado como pendente em favor do indivíduo e de uma reivindicação sua de direitos de algum modo inalienáveis, e uma leitura “holística”, segundo a qual o indivíduo é esmagado por uma comunidade que o subsume e lhe indica o agir, o autor afirma que individualismo e holismo não são senão as duas faces da mesma moeda: a moeda de uma relação de poder, de uma relação assimétrica dominada por uma lógica classista. Parte desta relação (ou “não-relação”, segundo a definição que o autor retoma da J. L. Nancy) é a singularidade como conceito resultante da tensão interna a este tipo de nexos. A instabilidade das singularidades no interior desta relação, vêm definidas como um elemento constituído pelas “relações que a 'atravessam', com a sua instabilidade essencial”. A utilização do termo singularidade “denota a atenção por uma individualidade concreta” e para a sua “dimensão 'situacional' [...] sujeita ao dinamismo e à mutabilidade dos eventos, segundo um movimento contínuo” (p.11). Assim o autor se reclama de um universo de discurso bem preciso, que tenta exatamente pensar o indivíduo e o sujeito externo a uma hipostatização estática. Os conceitos de subjetivação e individuação, mas, também, de transindividual, são considerados apropriadamente. A subjetivação e a individuação fazem referência ao caráter dinâmico e móvel da singularidade que não pode ser esclerosada em formas que resultem ahistóricas; a transindividualidade que da reflexão de Gilbert Simondon passa e chega aos temas marxianos através das teses de Etienne Balibar, ajuda a descrever o caráter de troca contínua que o conceito de singularidade instaura entre os indivíduos: uma troca “meta-estável” e contínua que dificilmente pode ser captada.

Assim a determinação dos *Bestimmen Individuen* resulta profundamente enriquecida e a determinação, longe do ser um freio ao movimento da individualidade torna-se a possibilidade de pensar o concreto e as situações determinadas com a sua carga de transformação.

Determinar a relação entre os indivíduos em um horizonte marxiano, significa então pensar a sua relação com a sociedade e com a comunidade. A progressiva erosão do *Gattungswesen*, do ser genérico, como categoria ontológica, que teria a tarefa de reportar a humanidade fora da ilusão individualística, realiza-se pela introdução, com os *Manuscritos*, do elemento trabalho. Ou melhor, os *Manuscritos* se caracterizariam como “a ‘políticação’ do discurso feuerbachiano” (p. 48), deste modo “nos encontramos frente a uma progressiva erosão da noção de ente genérico, que é interpretado a partir do elemento do trabalho”. O aspecto ontológico do problema do ente genérico, como da alienação, é agora desmontado pela introdução dos mecanismos ligados ao trabalho e à propriedade privada. O acento não está mais no *Gattungswesen*, como reconstrução de uma *Gemeinschaft* que reporte o homem ao seu papel *real*. Não apenas, agora, a relação entre indivíduo e comunidade é problematizada em favor de um nexos originário, mas a própria lógica dela é completamente superada. A ideia que se apresenta, e que o autor levará adiante em todo o texto, é que o indivíduo, assim como a comunidade são duas faces da moeda trabalho assalariado.

Objetivo da crítica ao conceito de sociedade civil e da sua relação com o Estado – portanto objeto de que Marx procura desmontar as abstrações hegelianas – emerge o problema da mistificação da natureza real do indivíduo. A convocação ao indivíduo como dotado de uma natureza *real* andar progressivamente e velozmente a desaparecer do discurso marxiano: não uma antropologia, mas uma ciência das relações sociais que se determinam em um sistema produtivo historicamente determinado, e – ao mesmo tempo – uma ciência das expressões antagonísticas dos sujeitos deste sistema.

A relação entre sociedade civil e Estado, descreve precisamente a impossibilidade de pensar o indivíduo a não ser como subsumido em um sistema general. Então, se com a sociedade burguesa se põe a possibilidade de uma emancipação real do indivíduo, ao mesmo tempo ele é subsumido em um todo orgânico, um elemento comum que lhe regula as ações e as relações. A crítica a Hegel, no momento em que se inserirá sobre a reflexão da *Ideologia Alemã*, permitirá a Marx, desestruturando a própria noção de antropologia, superar o problema do nexos entre indivíduo e sociedade em favor do problema ligado à conjuntura das práticas políticas, é que, segundo o autor, ocorre o ponto real de mudança de rumo para pensar o indivíduo como individuação e subjetivação dando uma nova perspectiva ao conceito de classe e à prática política. A potência do discurso marxiano, tal como externado pelo livro de Luca Basso, parte da tentativa – exitosa – de desmontar as bases da conceitualidade política moderna.

O que no jusnaturalismo era considerado como elemento basilar de toda teoria política, assume agora um valor limitado e determinado historicamente pelas formas da sociedade burguesa: “a noção de sociedade entendida em sentido próprio, não constitui uma ‘invariante’ histórica, mas conota de modo determinado o contexto capitalista: nos encontramos frente não tanto a uma pesquisa geral da história humana, quanto a uma análise ‘singular’ da sociedade civil -burguesa, com seu caráter de novum, e então com a sua ‘diferença específica’ a respeito das estruturas pré-capitalistas” (p. 97). A historicização da sociedade põe de novo fortemente a contradição da modernidade. O empurrão que Marx dá às teorias políticas modernas é certamente a de considerar o indivíduo e a

sociedade como dois aspectos do mesmo movimento: a liberdade individual é teorizada e promovida, apenas na medida em que possa ser subsumida em um nexos social que as regule e, sobretudo, as mantenham como *indiferência*. Mas, além disso, há a impossibilidade de justificar e manter este nexos, na medida em que se trata de um nexos determinado historicamente e – pode-se sobre este ponto dizer – *singularmente*, como interesse de classe e como expressão de relações sociais determinadas.

A percepção do interesse geral como soma de interesses particulares – isto é a representação da sociedade desvinculada – é a expressão da sociedade burguesa, que mantém as relações individuais em um nível de igualdade, liberdade indiferenciada, e ao mesmo tempo as subsume em um nexos social que limita as possibilidades expansivas de *todas* as individualidades. A concepção de liberdade própria da sociedade burguesa – portanto como pressuposto individualístico – não se apresenta desatada da subsunção em um “*poder objetivo*”. Esta é a *scheinbare Gemeinschaft* que “*põe como próprio fundamento o indivíduo e porem contraditoriamente, [...] lhe provoca a subsunção 'serial' a um mecanismo de produção que impede o seu movimento pleno, negando-lhe a singularidade*” (p.110). O indivíduo e a sociedade, que só podem ser pensados no seu nexos, devem ser superados. Para fazer isto não é possível por o acento sobre o elemento societário e comunitário, mas é necessário deixar desenvolver as potencialidades do indivíduo, não como direitos naturais, mas como conflitualidade que se realiza em uma prática política determinada. O autor se detem de maneira de todo perspicua sobre a crítica que Marx avança sobre o direito natural e às teorias jusnaturalas, não apenas desmascarando-as ou reportando-as à sua determinação histórica, mas ainda que e sobretudo desenvolvendo-lhe as potencialidades de liberação dos indivíduos, através uma subjetivação deles que passe pela prática política. É exatamente na prática política que se realiza naquele processo de subjetivação que libera as possibilidades de desenvolvimento do indivíduo em uma prática de troca determinada, que vem a constituir “*a ética material*” dos indivíduos (p. 115).

O que Marx colocaria em campo é a possibilidade de transformação implícita na própria *scheinbare Gemeinschaft*, e as possibilidades de liberação implicadas na correspondente *scheinbare Freiheit* (p. 121). A valorização do indivíduo não se encontra em contraposição com a *Gemeinschaft* “*mas em relação com ela, do momento que o desenvolvimento dos indivíduos é possível apenas tramite a sua Vereinigung, a sua união, obviamente no contexto das forças produtivas existentes*” (p. 123). Assim o nexos entre indivíduo e sociedade é repensado completamente à luz das relações entre as forças produtivas que tem um forte valor de subjetivação e que permitem pensar a possibilidade da liberação dos nexos falsos da sociedade burguesa, através o valor ambivalente da subjetivação.

A argumentação de Luca Basso, seguindo à marxiana, traças as linhas da relação entre comunidade aparente e comunidade real. Se a comunidade aparente se baseia no indivíduo isolado – que tanto mais resulta atomizado quanto mais suas relações são filtradas pelo dinheiro – subsume este indivíduo isolado em um mecanismo que aniquila as singularidades sujeitando-as. A comunidade real não é nem a inversão deste ponto de vista, nem o retorno a uma comunidade de algum modo originária que represente o ente genérico do homem. A comunidade real é a superação da contradição implícita no nexos individualidade-comunidade. A possibilidade desta superação está precisamente nas práticas de luta, que se caracterizam como “*momentos de subjetivação em condições de colocar em discussão a ordem presente*” (p. 136).

O problema – todo político e, se queremos, *militante* – do autor é o de repensar o conceito de classe, não tanto sobre a base de uma sua nova *composição*, quanto pela determinação da ação política mais adequada a restabelecer a verdadeira natureza das relações entre os indivíduos, em uma dada e determinada – mas ao mesmo tempo móvel – situação. Desatar a classe das suas determinações não apenas ontológicas, mas, também, e sobretudo, sociológicas, quer dizer indagar-lhe as múltiplas possibilidades de ação e traz consigo a antipática questão da consciência de classe. Não se necessita trabalhar para que a classe adquira consciência de si, mas se necessita deixar que o agir dos indivíduos singulares partencentes a uma classe se torne politicamente significativo: “*marxianamente se poderia colocar em discussão a ideia da centralidade da dimensão da consciência (é a vida que determina a consciência, e não viceversa), fazendo referência, ao caráter de classe da consciência mais do que ao caráter de consciência de classe,*” (p. 142). Segundo o autor, na expressão desta relação de classe que se circunstancia nas práticas políticas do proletariado, o instrumento da crítica da economia política, oferece aquele aparelho teórico para explicar, não apenas a insurgência da crise, mas também o seu ser circunstanciado e não permanente, como – sobretudo – as transformações que atravessam o modo de produção capitalista e que permitem – ainda que em potencia – de fazer desenvolver a sociedade e as relações que ela exprime. Daqui surge – como se contivesse quanto o dito até agora – a problemática relativa ao tempo histórico.

No texto de Luca Basso, a desconstrução dos presupostos jusnaturalistas, *faz par* com o repensamento e a *complicação* do tempo histórico. Estes dois elementos, que a reflexão marxiana põe de modo dirimente, permitem efetivamente pensar as práticas políticas.

Como não existe uma antropologia ligada à concepção de natureza humana eterna e imutável, assim não existe uma história como “grande narrativa linear”. O tempo do capital é um tempo complexo, que “*vive em uma relação de dependência com outros tempos históricos, que não sono os seus próprios*” (p. 161). Esta convivência, de qualquer modo, não deve fazer colocar a parte o caráter propulsivo e revolucionário do capitalismo, que transforma qualquer obstáculo que encontre pela frente. Os indivíduos são então separados da *Einheit* que tinham com os instrumentos de produção (substancialmente a terra) e com a comunidade, ligações que operavam através daqueles vínculos removidos pelo capitalismo para tornar as relações entre indivíduos universais e, ao mesmo tempo, autônomas. Neste sentido, o conceito de indivíduo e o de sociedade não podem ser pensados externos ao sistema capitalista: apenas a *Trennung* capitalista permite restituir os indivíduos a uma dimensão de isolamento ainda que no interior de uma sociedade caracterizada como poder que os sujeita. *Trennung* contra *Einheit*, portanto. A sociedade capitalista – não obstante os seus mecanismos de domínio do momento que “*requer dos indivíduos singulares uma abstração dos particulares valores de uso, necessidades e interesses*” – vem colocada em toda a sua abertura e dificuldade a ser determinada, graças à historicização que o capitalismo desmascara a respeito de si mesmo e à forma produtiva que o precedeu. Sobretudo em virtude disto resulta impensável um retorno às estruturas precedentes.

Mas o discurso histórico não se exaure no âmbito de uma rejeição da filosofia da história. A afirmação segundo a qual o capitalismo – como já foi dito – vive em um tempo não completamente seu, assume um valor acrescido não tanto em relação ao seu passado, quanto em relação ao seu presente. Se o

capital dita o tempo del trabalho, a capacidade do capitalismo de criar sujeitos se resolve ainda que na possibilidade liberatória que um mecanismo como o da subjetivação (em sentido foucaultiano) põe em campo.

Por um lado, a condição de *isolamento* em que o indivíduo vem a se encontrar, reflete a condição de igualdade e de indiferência, que descreve a relação entre os indivíduos mediada pelo dinheiro; por outro, esta mesma condição dá o sentido mesmo da sua independência e abertura às possibilidades que oferece uma sociedade que elimina os velhos vínculos. Graças ao instrumento da crítica da economia política é possível enriquecer este movimento e isolar o conceito de força de trabalho, que recalca e engloba o de *Entfremdung*, este mesmo – nos primeiros escritos – esmagado sobre uma perspectiva ontológica.

O trabalhador resulta premido entre duas temporalidades diversas, uma passada e uma presente. Desta vez, porém, não nos encontramos na necessidade de descrever um processo que conduz à formação das relações capitalistas, mas se indagam aquelas mesmas relações. O autor busca retrair-lhe todas as possibilidades e de descrever uma prática política que possa mover-se entre estas duas linhas temporais: o passado, entendido como trabalho objetivado, ou seja máquinas, mas também condições que comprime o sujeito; e o presente, como trabalho vivo – explorado, certamente – mas carregado de potencialidades, verdadeira e própria *dynamis*, que põe sempre uma linha de fuga face ao poder do capital. Nisto se realiza a subjetivação que Luca Basso procura delinear através os cruzamentos marxianos: a força de trabalho, o sujeito: premido, estrangulado, indiferenciado e atomizado na sua relação com o trabalho objetivado; potência revolucionária na sua relação consigo mesmo, com o trabalho vivo, com o seu valor de uso. Mas esta dupla possibilidade convive, como convivem – no interior do capital – os tempos das duas classes. Esta convivência, não irênica, descreve o espaço do conflito, e o indivíduo como o centro deste conflito.

Tramite uma temporalidade conflitual, que já de per si põe a possibilidade de escapar à relação capital-trabalho, torna-se possível substituir o conceito de indivíduo pelo de singularidade “*com seu caráter de unicidade e contingência, com o seu reenvio a um ponto de vista circunstanciado que foge a um esquema omnicomprensivo: neste sentido, leibnizianamente, a individualidade se configura como um centro de força, em condições de produzir uma infinidade de efeitos, segundo uma tensão inexaurível, grávida de desenvolvimentos futuros*” (p. 213).

O trabalho de Luca Basso que – além de colocar-se problemas de amplo folego – procura identificar-lhe as soluções via a inserção em um debate importante. Para além do problema de uma leitura liberal ou holística do comunismo – ou em geral da solução colocada pela reflexão marxiana – o trabalho em questão busca definir o caráter do sujeito revolucionário. Com o recurso à figura da *singularidade*, como o horizonte conceitual que vem imediatamente reclamado, se coloca a possibilidade de identificar as práticas de luta adequadas a um conceito de classe que reflete um dinamismo intrínseco, para além da armadilha histórico-determinista e antropológica. Se a relação capital-trabalho, e também os conceitos e as dinâmicas próprias das análises marxianas, permanecem de todo válidas, trata-se porém de pensá-las efetivamente no seu dinamismo. Assim a classe se torna um composto irredutível a toda hipostatização, e uma potencialidade contrutiva que de vez em vez realiza as suas práticas de luta, reconhecendo-se como

classe e exprimindo um sistema de relações que escapa às mistificações do dinheiro e em geral do capitalismo.

Permanece aberto o problema da consciência de classe, problema que o autor quer superar: a consciência já está no movimento da classe e na sua definição como *singularidade*. Permanece fora, então, a reflexão leninista, buscando ao mesmo tempo dar uma resposta diversa ao problema da *organização* da classe em forma política. Esta explícita e desejada ausência, que segundo o autor resultaria ser uma impossível hipostatização, não tira a espessura a este trabalho que se caracteriza como uma cunha importante na tentativa de retomar o conjunto da reflexão marxiana para procurar respostas efetivas a uma realidade que nos últimos decênios transformou-se sensivelmente resultando mesmo inapreensível. O texto em questão enriquece uma reflexão da qual se sente fortemente a necessidade através da tentativa de especificar práticas de luta adequadas e reais que impelem em direção a uma transformação do estado de coisas presentes.